

Sumário

Sobre a Coleção Liebman	7
Agradecimentos	9
Prefácio.....	11
Introdução.....	21
1. COISA JULGADA NA TEORIA DAS ESTABILIDADES PROCESSUAIS E SUA RELAÇÃO COM A SEGURANÇA JURÍDICA.....	25
1.1. Considerações iniciais e delimitação do objeto do capítulo.....	25
1.2. Definição de coisa julgada.....	25
1.3. Eficácias da coisa julgada	30
1.3.1. Eficácias negativa e positiva.....	30
1.3.2. Eficácia preclusiva	34
1.3.2.1. O “julgamento implícito” das questões deduzidas e dedutíveis e a irrelevância de questões	34
1.3.2.2. A proibição de se proferir decisões incompatíveis com a decisão acobertada pela coisa julgada	38
1.3.2.3. A eficácia preclusiva nas demais estabilidades.....	41
1.3.2.4. Análise crítica sobre os limites da eficácia preclusiva da coisa julgada.....	42
1.4. A coisa julgada como instrumento de concretização da segurança jurídica	45
1.4.1. Segurança jurídica como certeza absoluta: análise da segurança jurídica enquanto um conceito <i>tudo-ou-nada</i>	47
1.4.2. Dimensões contemporâneas da segurança jurídica.....	49
1.4.2.1. A dimensão subjetiva da segurança jurídica: o princípio da proteção da confiança.....	53
1.4.3. Coisa julgada e seus efeitos como meios para a tutela da segurança jurídica.....	54
1.5. O <i>status</i> constitucional da coisa julgada.....	58
1.6. Coisa julgada e gradações diversas de estabilidade.....	61

1.6.1.	Coisa julgada e preclusão.....	62
1.6.2.	Coisa julgada formal e material	67
1.6.2.1.	Art. 486, §1º, CPC/2015, e o maior grau de estabilidade das decisões terminativas.....	69
1.6.3.	Os diversos níveis de estabilidade da decisão de mérito.....	73
1.6.3.1.	Estabilidade da coisa julgada e ação rescisória.....	76
1.6.3.2.	Estabilidade da coisa julgada e tribunais supranacionais	80
1.7.	Conclusões parciais.....	83
2.	TEORIA DA RELATIVIZAÇÃO ATÍPICA DA “COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL”	87
2.1.	Considerações iniciais e delimitação do objeto do capítulo.....	87
2.2.	Origem da corrente doutrinária.....	87
2.3.	Reparos terminológicos.....	89
2.4.	Justificativas para a desconstituição atípica da “coisa julgada inconstitucional”	90
2.4.1.	“Coisa julgada inconstitucional” como ato jurídico inexistente.....	90
2.4.1.1.	Elementos mínimos de existência do processo.....	91
2.4.1.2.	Análise da possibilidade de se considerar a coisa julgada inexistente em caso de aplicação de norma inconstitucional	97
2.4.2.	Tese da coisa julgada como uma noção meramente processual.....	101
2.4.3.	“Coisa julgada inconstitucional” e sua relativização com base no princípio da proporcionalidade	103
2.4.3.1.	A coisa julgada como uma condição necessária do discurso jurídico.....	104
2.4.3.2.	A imponderabilidade da segurança jurídica.....	107
2.4.4.	Análise crítica da teoria da relativização atípica da “coisa julgada inconstitucional”	110
2.5.	Reflexos da doutrina da relativização atípica da coisa julgada na legislação.....	113
2.5.1.	O art. 741, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973	113
2.5.1.1.	Possibilidade de apresentar embargos à execução com base em decisão proferida em controle difuso de constitucionalidade.....	118
2.5.1.2.	Possibilidade de apresentar embargos à execução com base em posterior decisão de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal.....	119

2.5.1.3.	Aplicação às execuções em geral e o art. 475-J, §1º, do Código de Processo Civil de 1973	121
2.6.	Reflexos da doutrina da relativização atípica da “coisa julgada inconstitucional” no Código de Processo Civil de 2015	122
2.7.	Conclusões parciais.....	125
3.	EFICÁCIA RETROATIVA DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE SOBRE A COISA JULGADA	129
3.1.	Considerações iniciais e delimitação do objeto do capítulo	129
3.2.	Controle de constitucionalidade	129
3.2.1.	Modelo difuso/estadunidense de controle de constitucionalidade ...	130
3.2.2.	Modelo concentrado/austriaco de controle de constitucionalidade....	133
3.2.3.	Modelos de controle de constitucionalidade na Europa: breve análise dos sistemas alemão e italiano	137
3.3.	Modelo brasileiro de controle de constitucionalidade	139
3.3.1.	Eficácia temporal do controle de constitucionalidade no direito brasileiro.....	141
3.3.2.	Abstrativização do controle difuso de constitucionalidade.....	143
3.3.2.1.	A suspensão da norma inconstitucional pelo Senado com a atual sistemática do controle difuso	151
3.4.	A retroatividade da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada no direito estrangeiro	154
3.4.1.	Direito alemão.....	155
3.4.2.	Direito italiano	157
3.4.3.	Direito português	160
3.5.	A retroatividade da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada no direito brasileiro e o art. 525, §15, do Código de Processo Civil	161
3.5.1.	Argumentos contrários à retroatividade da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada.....	162
3.5.1.1.	A retroatividade como uma violação a um legítimo juízo difuso de constitucionalidade.....	163
3.5.1.2.	Violação ao princípio da segurança jurídica	168
3.5.1.2.1.	Tensão entre segurança jurídica e isonomia....	169
3.5.1.3.	A retroatividade da decisão de inconstitucionalidade e a multiplicidade de interpretações igualmente razoáveis ...	173
3.5.1.3.1.	A Súmula 343 do Supremo Tribunal Federal....	175
3.5.1.4.	A retroatividade como uma violação à eficácia preclusiva da coisa julgada	179

3.5.1.5.	A analogia com a irretroatividade legislativa	180
3.5.1.6.	A ausência de função de uniformização na ação rescisória	182
3.6.	Efeitos da decisão proferida em controle de constitucionalidade pelo STF sobre as relações de trato continuado reguladas por decisão transitada em julgado	185
3.6.1.	Características gerais das relações de trato continuado e a formação de coisa julgada	185
3.6.2.	A necessidade de manejo de ação rescisória ou revisional em caso de posterior decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em controle de constitucionalidade.....	188
3.7.	Conclusões parciais.....	192
4.	LIMITES INTERPRETATIVOS DA AÇÃO RESCISÓRIA DOS ARTS. 525, §15, E 535, §8º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	197
4.1.	Considerações iniciais e delimitação do objeto do capítulo.....	197
4.2.	Técnicas das decisões proferidas em controle de constitucionalidade e sua relação com a rescindibilidade	197
4.2.1.	Declaração de constitucionalidade/inconstitucionalidade e reconhecimento incidental de constitucionalidade/inconstitucionalidade	198
4.2.2.	Interpretação conforme à Constituição	202
4.2.3.	Não recepção da norma anterior à vigência da atual Constituição Federal.....	204
4.2.4.	Inconstitucionalidade superveniente decorrente de alterações das relações sociais e as normas ainda constitucionais	205
4.2.5.	Violação à convenção internacional	208
4.3.	Limites temporais dos arts. 525, §15, e 535, §8º, do Código de Processo Civil	211
4.3.1.	Suposta rescindibilidade <i>ad infinitum</i> da coisa julgada com base em decisão de inconstitucionalidade	211
4.3.2.	Propostas de limitação do prazo para ajuizamento da ação rescisória	214
4.3.2.1.	Possibilidade de se propor ação rescisória caso a decisão de inconstitucionalidade seja proferida enquanto perdurar a pretensão executiva	216
4.3.2.1.1.	Impossibilidade de rescisão de parcela já executada da decisão.....	223
4.3.2.1.2.	Necessidade de que esteja pendente a fase do cumprimento de sentença.....	225
4.3.2.1.3.	Eficácias das decisões e possibilidade de se propor ação rescisória.....	227
4.4.	Nível de vinculação necessário entre a norma inconstitucional e a decisão para se rescindir a coisa julgada.....	234

4.5.	Relações entre o art. 525, §15, e o art. 966, V, do Código de Processo Civil.....	240
4.5.1.	Possibilidade de convergência de prazos rescisórios diversos	243
4.5.2.	Coisa julgada, litispendência e conexão entre as duas modalidades de ação rescisória	244
4.6.	Conclusões parciais.....	247
5.	MODULAÇÃO DE EFEITOS E RESCINDIBILIDADE DA DECISÃO QUE APLICA NORMA CUJA INCONSTITUCIONALIDADE É POSTERIORMENTE RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	251
5.1.	Considerações iniciais e delimitação do objeto do capítulo	251
5.2.	Modulação de efeitos pelo Supremo Tribunal Federal	251
5.2.1.	Espécies de modulação de efeitos realizada pelo Supremo Tribunal Federal e rescindibilidade	255
5.3.	Modulação de efeitos no caso concreto e preservação da coisa julgada	257
5.4.	Possíveis critérios para modulação de efeitos <i>in concreto</i>	261
5.4.1.	Boa-fé	264
5.4.2.	Prática de atos executivos tendentes à satisfação do crédito	267
5.4.3.	Satisfação de parcela considerável da obrigação exequenda	269
5.4.4.	Decurso considerável do tempo	270
5.4.5.	Superação de antigo entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.....	272
5.4.5.1.	Posicionamento extraído de precedentes persuasivos e doutrina majoritária.....	275
5.4.6.	Pendência de recurso extraordinário ou ação de controle concentrado de constitucionalidade versando sobre a matéria quando do trânsito em julgado da decisão que se pretende rescindir	276
5.4.7.	Apreciação em conjunto dos critérios	277
5.5.	Modulação para além daquilo que já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal	279
5.6.	Ponderação <i>in concreto</i> nos casos em que houver formação gradual da coisa julgada	281
5.7.	Modulação de efeitos como um incremento à constitucionalidade dos arts. 525, §15, e 535, §8º, do Código de Processo Civil.....	283
5.8.	Conclusões parciais.....	284
	Conclusão	289
	Referências Bibliográficas	295